



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 38 • 10 a 16/12/2006 • ISSN 1809-6182

Análise

14/12/2006 – Iraque após a invasão e proposta de alteração da estratégia..p.01

As forças da coalizão e o governo iraquiano ainda não conseguiram estabelecer a ordem e a segurança no Iraque. Nesse contexto, intensificam-se as demandas por alteração na forma com que a guerra é conduzida. Propostas foram apresentadas tanto pelo Grupo de Estudo do Iraque como pelo governo Iraquiano.

Resenhas

15/12/2006 – A construção de 20 bases militares na Bolíviap.06

A possibilidade de construção de 20 bases militares nas fronteiras bolivianas com o Paraguai, Brasil, Chile, Argentina e Peru, financiadas pela Venezuela, gera inquietações dentro da Bolívia e nos países vizinhos.

14/12/2006 – Objetivos do Milênio da ONU: metas distantesp.09

Os Objetivos do Milênio dificilmente serão alcançados até 2015, segundo o último relatório da ONU. Será necessária uma mudança considerável no que tange a atuação dos países para que essas metas sejam atingidas.

30/11/2006 – Estados Unidos: Eleições Legislativas de 2006p.14

O processo eleitoral em questão, conhecido como “eleições de metade de mandato”, elucida a concepção das instituições legislativas no sistema de governo estadunidense. Ademais, o novo Congresso Nacional, a ser empossado em 03 de janeiro de 2007, traz incertezas quanto às diretrizes das políticas interna e externa dos próximos anos e marca o início da corrida presidencial.

29/11/2006 – Operações da OTAN no Afeganistão: implicações para o desenvolvimento e segurança do paísp.18

O ano de 2006 é o mais violento no Afeganistão desde a intervenção em 2001 da Coalizão liderada pelos EUA. Tendo assumido comando da International Security Assistance Force (ISAF) em 2003, a OTAN vem assumindo cada vez mais responsabilidades e desafios. No começo de outubro deste expandiu suas operações para as províncias do leste, de modo que agora atua em todo o território do país.

Iraque após a invasão e proposta de alteração da estratégia

Análise
Segurança

Raphael Rezende Esteves
14 de dezembro de 2006

As forças da coalizão e o governo iraquiano ainda não conseguiram estabelecer a ordem e a segurança no Iraque. Nesse contexto, intensificam-se as demandas por alteração na forma com que a guerra é conduzida. Propostas foram apresentadas tanto pelo Grupo de Estudo do Iraque como pelo governo Iraquiano.

Completados quase 4 anos após o início da ocupação do Iraque, o que se tem percebido é a falta de sucesso no que diz respeito ao estabelecimento da ordem no país. O relatório recente do Grupo de Estudos do Iraque (*Iraq Studies Group* – ISG)¹ recomendou que o governo iraquiano assumisse maiores responsabilidades em relação à segurança do país, da mesma maneira que esse deve buscar a reconciliação nacional e prover serviços básicos para a população, tais como eletricidade, água potável, saúde, educação e esgoto.

Possuindo considerável valor enquanto descrição do quadro atual do Iraque, o relatório do ISG apresenta um amplo panorama da desordem em que se encontra o país. A situação de extrema violência origina-se em alguns focos identificáveis. O relatório aponta: insurgentes sunitas, os chamados guerreiros da guerra santa (*jihads*),

membros da Al Qaeda, milícias xiitas e *esquadrões da morte*, e organizações criminosas.

O Primeiro Ministro iraquiano, Nouri al-Maliki, demonstrou descrédito em relação ao estabelecimento de um diálogo com os dois primeiros grupos. Segundo o primeiro ministro, seria impossível negociar com os simpatizantes do antigo regime de Saddam Hussein, sunita, assim como com aqueles que defendem a guerra santa.

De acordo com o relatório do ISG, os sunitas seriam os principais responsáveis pelos ataques às forças estadunidenses no Iraque. Embora os insurgentes tenham interesses diferenciados, todos se oporiam

segundo o nosso entendimento o termo *jihads* caracterizaria um conflito empreendido por uma comunidade islâmica que, diante de uma ameaça aos valores e à própria sobrevivência dessa, estaria autorizada a fazer uso da força contra aquele que a ameaça. Tendo em vista que, atualmente, nenhum país de maioria islâmica declara estar envolvido em uma *jihads* e que as autoridades religiosas negam que a mesma esteja em curso, o termo parece ter sido apropriado por grupos islâmicos individuais que se afirmam *jihadistas*, bem como por estudiosos do conflito árabe-israelense que assim identificam tais grupos.

¹ Comissão bipartidária, composta por 5 republicanos e 5 democratas, para analisar a situação do Iraque após a invasão e a condução da ocupação.

² Apesar de apresentar várias acepções possíveis,

à permanência das tropas dos Estados Unidos da América (EUA) no país e objetivariam o restabelecimento da dominação sunita no Iraque.

A Al Qaeda, por sua vez, praticaria um pequeno número de ataques. Contudo, estes seriam os de maiores proporções e objetivariam aumentar a tensão entre sunitas e xiitas, da mesma forma que garantir a saída dos EUA do Iraque.

As milícias xiitas representariam também grande fonte de instabilidade no país. Seus ataques se dirigiriam a civis sunitas e, em alguns casos, até mesmo a ministros do governo eleito. Os embates entre sunitas e xiitas seriam a principal causa de mortes no país. Existiriam, também, certos embates entre os próprios xiitas em disputas pelo poder. Os xiitas representam a maioria da população iraquiana e alcançaram o poder pela primeira vez após mais de 1.300 anos. Existiria, dessa forma, interesse em conservar o poder alcançado, o que levaria a certa relutância em acomodar sunitas no governo ou combater seriamente as milícias xiitas.

Dentre estas milícias, vale a pena destacar a Brigada Badr que, segundo o relatório do ISG, teria membros integrados na polícia iraquiana, e o exército Mahdi, sob o comando de Moqtada al-Sadr, composto por aproximadamente 60.000 membros.

Organizações criminosas comprometeriam ainda mais a situação do país, praticando roubos, seqüestros e assassinatos. Devido à atuação desses grupos, quatro das dezoito províncias iraquianas estariam extremamente inseguras: Bagdá, Anbar, Diyala, e Salah ad Din; províncias estas nas quais estaria concentrada 40% da população.

Segundo relatório da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (UNAMI – sigla em inglês), estaria acontecendo no país ataques a jornalistas, juizes, advogados, violência contra minorias religiosas (principalmente cristãos), mulheres e escolas. Segundo o

Ministério da Educação do Iraque, em 2006, 300 professores foram mortos e 1.158 ficaram feridos em ataques.

Analisando o número de mortes de civis, percebeu-se o aumento da violência a partir de fevereiro deste ano, mês no qual ocorreu o ataque, e conseqüente destruição, de um santuário xiita, em Samarra. Concentrando-se mais fortemente no segundo semestre do ano, de acordo com a tabela a seguir, o aumento indica a ausência de um aparato eficaz que consiga conter a violência no país.

Mortes de civis resultantes da intervenção liderada pelos EUA (Mínimo/Máximo)³

Outubro / 2006	346/412
Setembro / 2006	380/406
Agosto / 2006	884/1004
Julho / 2006	1022/1142
Junho / 2006	1038/1127
Junho / 2006	595/691
Maio / 2006	569/645
Abril / 206	691/715
Fevereiro / 2006	649/653
Janeiro / 2006	443/510
Dezembro / 2005	470/532
Novembro / 2005	560/625
Outubro / 2005	392/444

Fonte: Iraq Body Count, 2006

A capital Bagdá concentra 6 milhões de habitantes, ou seja, 25% da população. A cidade apresenta também a maior concentração de insurgentes sunitas e milícias xiitas, o que leva, conseqüentemente, a um maior número de ataques. Dessa forma, as forças de

³ Estimativas apresentam valores mínimos e máximos devido à variedade de fontes que registram as baixas civis e conseqüente diferenças de registros.

ocupação consideram que o controle da capital iraquiana é de vital importância para o controle da situação atual.

No que diz respeito ao exército iraquiano, os componentes do ISG ficaram impressionados pelos avanços alcançados pelo mesmo. O treinamento tem se mostrado muito eficiente e 10 divisões são esperadas para o final de 2006. Entretanto, ainda existem problemas. Pode-se apontar a questão da lealdade (algumas ordens simplesmente não são cumpridas por alguns elementos do exército devido à própria divisão do país), falta de liderança, pessoal e apoio logístico.

A polícia iraquiana, por sua vez, encontra-se em situação muito pior que o exército. Falta treinamento, autoridade legal para conduzir investigações, assim como armamento para combater o crime organizado, insurgentes ou milícias. Existem, inclusive, casos de indivíduos que se alistam na polícia apenas para obterem armamento, uniforme e munição, que serão utilizados pelos grupos que fazem parte.

Existem, além do exército e da polícia, forças responsáveis pela defesa dos ministérios. Estas seriam compostas por 145.000 indivíduos à paisana (em comparação com os 135.000 que compõem o Serviço Policial Iraquiano). Porém, problemas de lealdade acabariam aparecendo neste contexto. Dado que os Ministérios da Saúde, Transportes e Agricultura são controlados por Moqtada al-Sadr, estes teriam se tornado fonte de empregos e financiamento para o exército Mahdi.

O Iraque apresentaria, atualmente, alguns aspectos que comprometeriam a governança. Dentre os quais podemos apontar: provimento de serviços básicos em caráter discriminatório, falta de segurança, alta corrupção, falta de capacidade técnica para condução dos negócios públicos e um judiciário fraco.

A economia, embora tenha alto potencial para crescimento, encontra-se contida pela

falta de investimentos, insegurança, corrupção, incerteza e infra-estrutura comprometida. Altos índices de inflação (superior a 50%) e desemprego (estimativas apontam entre 20% e 60%) comprometem ainda mais o quadro.

Devido à permanência da violência no país, o que se tem observado é a intensificação do problema dos refugiados. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados, desde 2003, 1,8 milhão de iraquianos foram para países vizinhos, principalmente na Síria e Jordânia, enquanto 500.000 foram deslocados internamente (somando 1,6 milhão atualmente). A Síria e a Jordânia absorveram cerca de 700.000 refugiados e, em menor medida, o Egito, a Turquia, o Kwait e o Irã. De acordo com o *Refugee International*⁴, cerca de 40.000 iraquianos chegam à Síria mensalmente, e um montante parecido à Jordânia, do total estimado de 100.000 iraquianos que deixam o Iraque todos os meses.

Deste total de iraquianos que deixam o Iraque mensalmente, vale a pena ressaltar a saída de profissionais qualificados, que seriam essenciais na recuperação do país. Existem também problemas advindos da tensão entre os refugiados e as comunidades que os recebem.

Após um mês da apresentação do relatório do ISG, os próprios iraquianos apresentaram seu plano para controlar a segurança no Iraque. Este plano garantiria papel mais ativo para as forças iraquianas, defendendo que as tropas estadunidenses deveriam permanecer na periferia de Bagdá.

O plano iraquiano veio após a declaração fortemente contrária do Presidente do Iraque, Jalal Talabani, que caracterizava como insulto a proposta do ISG, que

⁴ Organização sediada em Washington, EUA, que provê assistência à populações deslocadas e objetiva acabar com as condições que geraram tais deslocamentos.

umentaria a participação estadunidense nas forças armadas iraquianas. Segundo Talabani, os EUA estariam desconsiderando a soberania iraquiana, de forma que caberia ao governo iraquiano apenas cumprir ordens.

O recente plano iraquiano converge em certa medida com as expectativas de alteração reveladas no relatório do ISG. Caberia aos iraquianos um papel mais ativo na segurança, diminuiria as baixas de soldados dos EUA, que se deslocariam para regiões menos violentas. Este deslocamento para a periferia auxiliaria, conseqüentemente, em um futuro plano de retirada do país, pois viria em um momento no qual a participação das forças estadunidenses em combates diretos estaria reduzida.

Contudo, como apontado anteriormente, devido ao fato de o governo ser considerado lento na contenção de milícias xiitas, a violência poderia tomar conta da capital. Um membro sunita do Parlamento, Mahmoud al Mashhadani, afirmou que dessa forma os EUA estariam criando um ambiente seguro para as milícias. O próprio Conselheiro Nacional de Segurança do Iraque, Mowaffak al Rubaie, defendeu que o aumento da violência do país, causado pela possível retirada das tropas estadunidenses, poderia comprometer a estabilidade de outros países da região e fortalecer a Al Qaeda.

A insatisfação da população estadunidense quanto a forma com que a guerra é conduzida já demonstra o grande custo político que a permanência do atual curso de ação pode representar. De acordo com pesquisa do Washington Post – ABC News, 80% dos entrevistados defendem que a missão das tropas estadunidenses deve mudar do combate direto para o treinamento das tropas iraquianas. Outros números também corroboram esta insatisfação: aumento para 52% dos que consideram que os EUA estão perdendo a guerra (contra 34% no ano passado);

redução para 30% dos que acham que importantes progressos têm sido feitos na restauração da ordem civil (50% pensavam da mesma forma na última pesquisa).

Em defesa de um curso alternativo, a população apresenta-se bastante favorável ao ISG, que tem 42% de aprovação e 22% de rejeição. Dos entrevistados, 69% apóiam a retirada da maior parte das forças de combate estadunidenses em 2008; 74% defendem a diminuição do apoio ao Iraque caso o governo iraquiano não demonstre esforços claros na direção da garantia da ordem nacional; 60% apóiam a inclusão da Síria e do Irã na resolução do estado do Iraque.

O novo curso de ação proposto pelo ISG aborda basicamente dois aspectos. Primeiramente, demandam-se maiores esforços políticos e diplomáticos entre o Iraque e a região. Tais esforços englobariam o relacionamento dos países que tem interesses em evitar que o caos se instale no país, incluindo todos os países vizinhos. Dada a capacidade que o Irã e a Síria teriam em influenciar eventos dentro do Iraque, e seus interesses em evitar o caos, os Estados Unidos deveriam engajá-los no processo de reorganização do país.

A Síria deveria controlar suas fronteiras para evitar o fluxo de fundos, insurgentes e terroristas, saindo ou entrando no Iraque. O Irã deveria controlar seu fluxo de armas e treinamento para o Iraque, respeitar a soberania do país e utilizar sua influência sobre os xiitas iraquianos para promover a reconciliação nacional.

Algumas razões para que a Síria e o Irã colaborem são apresentados pelo relatório: i) evitar que o Iraque desintegre e desestabilize a região; ii) acesso à organizações internacionais, como a Organização Mundial do Comércio; iii) melhora das relações com os EUA; iv) possibilidade real de uma negociação de paz entre Síria e Israel, com o auxílio dos EUA; dentre outros.

O segundo aspecto no qual se concentra o

possível novo curso diz respeito à mudança na missão primária das forças dos EUA, permitindo que as forças de combate possam ser retiradas do Iraque. O relatório sugere que no primeiro trimestre de 2008, as forças responsáveis por proteção estejam fora do país. Em consonância com este aspecto, os EUA começariam a transferir para o governo iraquiano as responsabilidades de garantir o que eles apontam como o futuro do Iraque. Caso o governo iraquiano não faça avanços significativos quanto à reconciliação nacional, segurança e governança, os EUA deveriam diminuir o apoio político, econômico e militar.

Embora, como mostrado anteriormente, a população estadunidense esteja descontente com a direção que ocupação do Iraque tem tomado, ainda não se sabe se o governo de George W. Bush irá alterar a forma como vem conduzindo a guerra. Por exemplo, em relação à inclusão da Síria e do Irã, certa resistência tem sido apresentada, principalmente por parte da Secretária de Estado, Condoleezza Rice. Os EUA temem que o reconhecimento da importância do papel do Irã possa ser utilizado pelo mesmo como forma de barganha nas negociações relativas ao programa nuclear iraniano.

Porém, a nomeação do novo Secretário da Defesa, Robert Gates, pode indicar certa alteração, posto que o novo secretário, em uma audiência no Senado, afirmou que uma nova abordagem para o Iraque era precisa. Gates afirmou também que os EUA não estavam ganhando a guerra no Iraque.

Bush adiou a divulgação de uma possível nova estratégia para depois do Ano Novo. Apresentada a situação atual do Iraque, percebe-se a incapacidade tanto das forças de coalizão, lideradas pelos EUA, como pelo relativamente novo governo iraquiano no estabelecimento da ordem no país.

Referência

Sites:

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

<http://www.unhcr.org>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

International Herald Tribune

<http://www.ihf.com>

Iraq Body Count

<http://www.iraqbodycount.org/>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

United States Institute of Peace

<http://www.usip.org/isg/>

UN News Center

<http://www.un.org/News>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

09/03/2006 - [Conflito xiita-sunita leva Iraque a crescente instabilidade interna](#)

27/10/2005 - [Referendo no Iraque apóia a nova constituição](#)

22/09/2005 - [Iraque sofre três dias com subseqüentes ataques terroristas](#)

15/05/2003 - [A imprevisibilidade do conflito anglo-americano no Iraque](#)

A construção de 20 bases militares na Bolívia

Resenha
Segurança

Lígia Franco Prados Mello
15 de dezembro de 2006

A possibilidade de construção de 20 bases militares nas fronteiras bolivianas com o Paraguai, Brasil, Chile, Argentina e Peru, financiadas pela Venezuela, gera inquietações dentro da Bolívia e nos países vizinhos.

Com a eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia, em dezembro de 2005, Hugo Chávez, presidente venezuelano, ganhou um parceiro na América do Sul¹. Chávez deu apoio político e financeiro à campanha presidencial de Morales, líder esquerdista cocaleiro e o primeiro presidente de origem indígena, e que afirma estar a serviço da Venezuela.

Em maio de 2006, os Ministérios da Defesa boliviano e venezuelano assinaram o “Acordo Complementar ao Tratado de Cooperação Técnica Básica entre a República da Bolívia e a República Bolivariana da Venezuela”, que explicita a cooperação entre os dois países na construção de bases militares nas fronteiras bolivianas.

Estima-se que a Venezuela gastará em torno de 30 bilhões de dólares com a compra de novos armamentos e a construção dessas bases militares na

Bolívia. Isso vem causando polêmica nos países que fazem fronteiras com a Bolívia, quais sejam, Paraguai, Brasil, Peru, Chile e Argentina, e também no próprio país, que é o mais pobre da América do Sul. Dentro do país, ocorreu uma cisão entre os defensores e os opositores ao projeto de cooperação Caracas-La Paz.

De acordo com Carlos Alberto Montaner, jornalista e escritor nascido em Havana e que reside hoje em Madrid, o plano da Venezuela recorre a uma antiga concepção estratégica de Fidel Castro e Che Guevara: converter a Bolívia, situada no coração da América Latina, no “bastão subversivo sul americano”.

Chávez pretenderia, junto com Morales, investir em educação, saúde e alimentação para conquistar os bolivianos. Para o partido do governo da Bolívia, Movimento para o Socialismo (MAS – sigla em castelhano), objetivos como cooperação acadêmica e transferência de tecnologia ficam claros no acordo e irão beneficiar a população boliviana. Na Câmara dos Deputados, onde o governo tem maioria, o projeto já foi aprovado. No Senado, porém, enfrenta uma certa resistência, já que a oposição é quem tem maioria, 13 das 25 cadeiras.

Os opositores ao projeto questionam o

¹ Morales e Chávez já anunciaram publicamente, antes de uma reunião com os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Néstor Kirchner, da Argentina, a formação de uma aliança estratégica. Ademais, a parceria entre os dois presidentes tem sido demonstrada através de grandes investimentos feitos pelo governo venezuelano na Bolívia.

interesse da Venezuela em investir na Bolívia, a clareza do acordo e, assim como os países fronteiriços, a necessidade de instalação das bases militares.

Enquanto o governo afirma que essas bases são simplesmente parte da modernização das Forças Armadas do país, os céticos quanto à aliança acreditam que a Bolívia está sendo usada para satisfazer desejos do atual presidente venezuelano. De acordo com enquête produzida pela Universidade de São Francisco de Assis, conforme o publicado no El Universal, 23,4% dos habitantes de La Paz se opõem fortemente ao pacto, enquanto 24,2% estão de acordo com a aliança.

Repercussão nos países vizinhos

A possibilidade de construção de bases militares em Ríberalta, departamento de Beni, a nordeste de La Paz e a leste do Peru; em Porto Quijarro, no sudeste próximo ao Paraguai e ao Brasil; e na região de Silala, na fronteira com o Chile, gerou inquietações nos países fronteiriços. Especula-se que os postos não apenas melhorariam o fluxo de transporte, como afirmam as autoridades boliviana e venezuelana, mas seria uma estratégia para os dois países controlarem as alavancas energéticas da América do Sul e mudar a geopolítica do gás.

O Paraguai, que travou uma guerra com a Bolívia em 1932-1935, considera que a construção de bases entre os dois países pode demonstrar uma insatisfação de La Paz em relação ao acordo paraguaio com os Estados Unidos. Nesse acordo o Paraguai aceita que tropas estadunidenses se instalem temporária e regularmente em seu solo. Talvez seja esse um dos pontos que justifiquem a assistência de Chávez a Morales e o financiamento da construção dessas bases por parte da Venezuela.

O Peru expressou preocupações em função da construção de uma nova base diante de sua fronteira. O chanceler peruano, José Antonio García Belaúnde,

afirmou ao Inter Press Service (IPS) que “Se for mudado o status quo será um gesto de desconfiança (...), mas isso é ainda uma possibilidade, não uma decisão tomada”, já que o acordo entre Caracas e La Paz está parado no Senado após ter sido aprovado na Câmara de Deputados.

Ao contrário do que afirma o presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados boliviana, Javier Zavaleta, acredita-se que uma maior presença militar na fronteira com o Brasil não seria mais uma alternativa para combater a criminalidade, mas sim uma forma de pressionar a Petrobras a um novo acordo com a Bolívia para a compra de seu gás natural a preços superiores aos de 1º de maio, quando o governo esquerdista de Evo Morales anunciou a nacionalização de suas reservas de hidrocarbonetos [ver Espaciais: [Bolívia e a nacionalização dos Hidrocarbonetos](#)].

O Chile, segundo a agência de notícias IPS, teria subestimado a importância do acordo Caracas-La Paz. Segundo a Ministra da Defesa do Chile, Vivianne Blanlot, “esse apoio é dirigido à proteção de um território muito difícil, com problemas de contrabando e migração”. O chefe do exército chileno, general Oscar Izurieta, concordou que o convênio não é uma preocupação para o Chile. “Temos todos os antecedentes, estamos informados e mantemos um relacionamento permanente com o exército boliviano”.

A possibilidade da construção de bases militares parece também não afetado, pelo menos, as relações comerciais entre Bolívia e Argentina. Este país acaba de assinar um convênio por 20 anos para se abastecer com até 27,7 milhões de metros cúbicos diários de gás boliviano. Para isso serão mobilizados nessas duas décadas para La Paz quase US\$ 50 bilhões entre investimentos e compras.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Bloomberg

<http://www.bloomberg.com>

Council on Hemispheric Affairs

<http://www.coha.org>

El Universal

<http://www.eluniversal.com>

Firmas Press

<http://www.firmaspres.com>

IPC News Agency

<http://www.ipsnews.net/>

Wikipedia

<http://www.wikipedia.com>

Ver também:

16/02/2006 - [Bolívia: centralidade e geopolítica na América do Sul](#)

17/05/2006 - [A Bolívia e o Contexto Regional](#)

18/05/2006 - [Nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileira](#)

Objetivos do Milênio da ONU: metas distantes

Resenha
Desenvolvimento

Luiz Fernando Neiva Liboreiro
14 de dezembro de 2006

Os Objetivos do Milênio dificilmente serão alcançados até 2015, segundo o último relatório da ONU. Será necessária uma mudança considerável no que tange a atuação dos países para que essas metas sejam atingidas.

Os dados atuais dos países no Relatório Anual dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) não são satisfatórios. Praticamente nenhuma das metas será alcançada se não houver uma drástica mudança nas políticas dos países em desenvolvimento e também dos países desenvolvidos, segundo o próprio Relatório.

O Projeto do Milênio da Organização das Nações Unidas foi adotado por vários líderes mundiais em 2000. Esse Projeto foi elaborado pelo Secretariado da ONU em conjunto com diversos especialistas das mais variadas áreas, liderados pelo Professor Jeffrey Sachs. O Projeto visa desenvolver um plano de ação coerente que torne possível reverter a pobreza, a fome e as várias doenças epidêmicas que afetam bilhões de pessoas em todo o mundo. A recomendação principal do Projeto do Milênio é de que as estratégias nacionais e internacionais de combate à pobreza devam ser centradas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Grande parte do trabalho do Projeto do Milênio é realizado por cerca de 10 Forças-tarefa temáticas que conduzem extensas pesquisas em suas respectivas áreas de

estudo. As Forças-tarefa são compostas por mais de 250 especialistas de todo o mundo, provenientes tanto da sociedade civil como de agências da ONU, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de Organizações Não-Governamentais (ONG's). Em 2004, o Projeto do Milênio começou a identificar quais seriam as melhores maneiras de integrar os ODM às estratégias nacionais de combate à pobreza, a partir de trabalhos em países-piloto previamente selecionados. Dentre estes estavam o Camboja, a República Dominicana, o Quênia e a Etiópia. O trabalho nesses países serviria de modelo para ações de mesmo porte em outros países em desenvolvimento.

O Projeto do Milênio da ONU é composto de 8 objetivos, 18 metas e cerca de 48 indicadores que são utilizados para medir o progresso feito com relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tendo em vista o ano de 2015, prazo final para que as metas sejam alcançadas. A ONU divulga anualmente um relatório apresentando dados que mostram os avanços realizados pelas regiões do mundo acerca dos ODM. O Relatório do ano de 2006 será observado a seguir.

Relatório Anual dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - 2006

Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome.

Meta 1: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas que possuem renda abaixo de US\$ 1 por dia.

Apontou-se no Relatório Anual da ONU do ano de 2006 que a proporção de pessoas que vivem com menos de US\$1 por dia apresentou um declínio considerável, se comparados os anos de 1990 e de 2002. Em todas as regiões diminuiu-se a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza, porém a região asiática foi a que fez mais progressos no que concerne a Meta 1. Apesar disso, as projeções feitas com relação ao ano de 2015 mostram que o ritmo de declínio dessa proporção não é suficiente para se atingir essa meta.

Meta 2: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas que sofrem com a fome.

Os dados apontados no Relatório mostram que a proporção de pessoas que vivem com comida insuficiente para atingir suas necessidades calóricas diárias vem diminuindo ao longo do tempo. Porém, essa proporção ainda não é suficiente para diminuir o número de pessoas que sofrem com a fome.

Objetivo 2: Atingir a universalização da educação primária.

Meta 3: Garantir que, até 2015, as crianças de todo o mundo, tanto meninos quanto meninas, sejam capazes de completar todo o curso da escola primária.

A proporção de crianças capazes de completar o ensino primário cresceu, se compararmos os anos de 1990-91 e de 2003-04. Na média, as regiões em desenvolvimento possuem cerca de 86% de crianças cursando o ensino primário. O Relatório recomenda um progresso mais veloz nas regiões da Oceania e do oeste asiático nesse quesito, se as mesmas objetivam alcançar a educação universal.

O Relatório também mostra que a proporção de crianças fora da escola é maior na área rural do que na área urbana. Ainda, a proporção de meninas que freqüenta a escola primária é maior que a de meninos.

Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e empoderar¹ as mulheres.

Meta 4: Eliminar a disparidade entre os sexos no que concerne as educações primária e secundária, preferivelmente até 2005, e em todos os níveis educacionais até 2015.

Os dados do relatório mostram que a porcentagem de mulheres que estão empregadas em atividades fora da agricultura aumentou nos últimos anos, porém elas ainda recebem salários menores que os homens. De outro lado, a proporção de mulheres que são parlamentares aumentou nos últimos anos, chegando à porcentagem de 17% no mundo todo.

Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil.

Meta 5: Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças abaixo dos cinco anos.

A taxa de mortalidade de crianças abaixo de cinco anos foi diminuída em praticamente todo o mundo, porém, as projeções para o ano de 2015 demonstram que se o ritmo de declínio dessa taxa se mantiver, a meta acima não será alcançada. O Relatório apresenta também que a principal causa da queda da mortalidade infantil no mundo é a ampliação do sistema de vacinação de crianças aplicado em vários países.

Objetivo 5: Melhorar a saúde materna.

Meta 6: Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

A taxa de mortalidade materna caiu com relação à média mundial. Porém, em regiões como o sul da Ásia e a África sub-

¹ Do inglês *empower*. O termo se refere ao ganho de poder decisório e de participação política numa dada sociedade.

sahariana, a mortalidade materna se manteve. O número de domicílios que são assistidos por médicos aumentou no mundo, mas, mesmo assim, milhares de mães continuam a sofrer com a falta de acompanhamento médico durante e após a gestação. A qualidade do acompanhamento médico também é motivo de preocupação, segundo o Relatório. Há, ainda, a disparidade entre o acompanhamento médico das mulheres nas áreas urbanas e o das que vivem nas áreas rurais, sendo que as primeiras são melhor assistidas.

Objetivo 6: Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças.

Meta 7: Ter cessado e começado a reverter, até 2015, o avanço do número de infectados com o vírus HIV/AIDS.

O número de mortes devido ao vírus HIV continua a crescer e o número de infectados também. Isso é devido, principalmente, aos altos índices de infecção da doença nos países africanos mais pobres. Entretanto, alguns avanços foram realizados por esses mesmos países, como as campanhas de prevenção da doença que contribuíram para diminuir, um pouco, a taxa de infecção em certas camadas da população.

Meta 8: Ter cessado e começado a reverter o avanço do número de infectados com a malária e outras doenças até 2015.

As taxas de infecção por malária diminuíram em todo mundo, em especial no continente africano. O número de infectados por tuberculose continua a crescer cerca de 1% ao ano. A situação da África sub-sahariana piorou nos últimos anos com relação à tuberculose, contribuindo, de forma decisiva, para o crescimento do número de infectados pela doença no mundo.

Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade²

² Insere-se na noção de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento de um país é sustentável se ele consegue suprir as

do meio ambiente.

Meta 9: Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável às políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.

Ainda se observa uma grande taxa de depredação das florestas, porém o ritmo vem diminuindo. O uso de substâncias que deterioram a camada de ozônio diminuiu nos últimos anos em praticamente todas as regiões do mundo. O uso de energia tem sido mais eficiente em todo o planeta, porém a taxa de emissão de gás carbônico continua a crescer, mesmo com a diminuição da emissão do mesmo em algumas regiões. A poluição gerada pelos países desenvolvidos continua a ser maior que dos países em desenvolvimento.

Meta 10: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a fontes seguras de água e saneamento básico.

As populações do mundo têm mais acesso ao saneamento básico atualmente. Porém, se levarmos em conta as taxas atuais e as projetarmos adiante até o ano de 2015, não será possível atingir a meta, segundo o Relatório. Metade da população dos países em desenvolvimento não tem acesso ao saneamento básico. Cerca de 80% da população mundial tem acesso à água de boa qualidade no período atual. Segundo o Relatório, o número de pessoas que não têm acesso à água de boa qualidade deve ser reduzido pela metade até o ano de 2015, atingindo-se, dessa forma, uma parte da meta supracitada.

Meta 11: Ter alcançado até 2020 um aumento significativo na qualidade de vida de 100 milhões de pessoas que vivem em favelas.

O número de pessoas que vivem em favelas no mundo cresceu nos últimos anos, principalmente devido à expansão das grandes cidades dos países localizados nas regiões da África sub-

necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder a suas próprias necessidades.

sahariana e do sudeste asiático. Nas outras regiões do mundo em desenvolvimento também houve um crescimento na quantidade de pessoas que residem em favelas, porém, a uma taxa menor do que a observada nas regiões anteriormente citadas. As condições insalubres de vida enfrentadas pelos indivíduos que vivem nas favelas persistem no período atual, com ligeiras melhoras em algumas cidades do mundo.

Objetivo 8: Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento.

Meta 12: Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado na previsibilidade e na não-discriminação.

Meta 13: Atender as necessidades especiais dos Países Menos Desenvolvidos (inclui alívio da dívida dos países mais fortemente endividados, o acesso dos produtos dos países menos desenvolvidos aos mercados dos países desenvolvidos, entre outros).

Meta 14: Atender as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem saída para o mar e dos países insulares em desenvolvimento (através do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável de Estados Insulares em desenvolvimento).

As barreiras tarifárias permanecem um problema, principalmente para a exportação de produtos dos países em desenvolvimento. Entretanto, três quartos dessas exportações têm acesso praticamente sem encargos aos mercados dos países desenvolvidos, segundo o Relatório. A atuação da Organização Mundial do Comércio (OMC) tem sido fundamental para a ocorrência do fato anterior.

A Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD³) oferecida pelos países aumentou

durante os últimos anos. Porém, a AOD precisa ser utilizada de maneira mais eficiente pelos países que recebem essa ajuda. Os países que recebem a maior parte dos recursos da AOD possuem projetos públicos pouco coesos e coerentes, segundo o Relatório. Ainda, grande parte dos países mais ricos não cumpre a recomendação de enviar 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) para a AOD.

Meta 15: Lidar compreensivamente com as dívidas dos países em desenvolvimento.

O serviço dos juros da dívida dos países mais endividados caiu nos últimos anos frente aos ganhos das exportações dos mesmos. A principal causa desse fato é o cancelamento de parte da dívida dos países mais fortemente endividados realizado pelos 8 países mais ricos do mundo e por organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI. O cancelamento da dívida está associado a um conjunto de pré-requisitos macroeconômicos que os países mais pobres têm de cumprir para obter o benefício.

Meta 16: A partir de um projeto de cooperação entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, desenvolver e implementar estratégias para um trabalho decente e produtivo para os jovens.

As taxas de desemprego de jovens cresceram em praticamente todas as regiões do mundo, segundo o Relatório. A proporção de jovens na população total dos países em desenvolvimento cresceu nos últimos anos, mas o número de oportunidades de trabalho para os mesmos se manteve. Isso explica, de certa forma, o crescimento do número de jovens desempregados.

Meta 17: Em cooperação com companhias farmacêuticas, prover acesso a remédios essenciais nos países em desenvolvimento.

Os remédios, principalmente nos países da África sub-sahariana, estão mais acessíveis e baratos, em especial aqueles

³ A AOD inclui empréstimos e doações aos países em desenvolvimento, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar. A AOD pode ser realizada de maneira direta entre os governos ou através de organismos multilaterais. A assistência com propósitos militares está excluída da AOD.

que ajudam no tratamento do HIV. A comercialização dos genéricos foi essencial para a queda nos preços. Porém, somente uma em cada cinco pessoas infectadas pelo HIV/AIDS no mundo tem acesso aos remédios necessários para o tratamento da doença atualmente.

Meta 18: Em cooperação com o setor privado, tornar disponíveis os benefícios de novas tecnologias, especialmente as tecnologias de informação e comunicações.

O acesso a tecnologias cresceu nos últimos anos, principalmente no que concerne aos telefones celulares. Porém, ainda persiste uma grave “divisão digital” entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. No mundo desenvolvido existe uma proporção muito maior de acesso às novas tecnologias frente ao mundo em desenvolvimento.

Considerações Finais

Podemos inferir a partir dos dados observados pelo Relatório de 2006 da ONU que ainda há muito o que fazer para que as metas do Projeto do Milênio sejam atingidas. Os dados apresentados com relação à fome e à pobreza são bastante insatisfatórios assim como vários outros.

A situação do continente africano é a mais preocupante visto que região foi a que fez menos progressos se observados os ODM. A região da África sub-sahariana é a que menos contribui para que as metas do milênio sejam alcançadas, dentre todas as regiões do mundo. Isso se deve, principalmente, à falta de recursos políticos, sociais e econômicos apresentados pelos países africanos contidos naquela região.

Difícilmente, até 2015, todas as metas estabelecidas pelo Projeto do Milênio vão ser alcançadas, principalmente se basearmos nossa afirmação nos dados observados no continente africano.

Referência

Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2006.
Disponível em:
<http://www.un.org/millenniumgoals>

FILGUEIRAS, Cristina. **A Ajuda Internacional para o Desenvolvimento: realidade e desafios atuais.** Versão preliminar.

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Organizações das Nações Unidas

<http://www.un.org/>

Nações Unidas no Brasil

<http://www.onu-brasil.org.br/>

Ver também:

03/06/2005 - [Avaliação Ecológica do Milênio e as discussões sobre bens e serviços ambientais](#)

31/06/2006 - [Fórum Mundial da Água](#)

Estados Unidos: Eleições Legislativas de 2006

Resenha
Desenvolvimento

Andre Lemos Klausing
30 de novembro de 2006

O processo eleitoral em questão, conhecido como “eleições de metade de mandato”, elucida a concepção das instituições legislativas no sistema de governo estadunidense. Ademais, o novo Congresso Nacional, a ser empossado em 03 de janeiro de 2007, traz incertezas quanto às diretrizes das políticas interna e externa dos próximos anos e marca o início da corrida presidencial.

Em 07 de novembro de 2006, os cidadãos estadunidenses foram às urnas para a eleição de governadores e senadores, e para a reestruturação de toda a Câmara dos Representantes (instituição que equivale, no Brasil, à Câmara dos Deputados).

Este processo eleitoral, denominado “eleições de metade de mandato”, é considerado um eficiente meio de avaliação da popularidade do presidente dos Estados Unidos, pois permite ao povo reconstituir o Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Representantes) segundo seu grau de satisfação com as políticas empreendidas pelo governo federal.

Neste ano, 36 dos 50 estados da federação elegeram seu governador; e, simultaneamente à reestruturação de toda a Câmara dos Representantes, um terço do Senado Federal foi renovado. Esta estrutura busca responder à concepção de cada instituição legislativa no sistema estadunidense – na Câmara dos Representantes, por exemplo, a disputa de todas as 435 cadeiras tem lugar a cada dois anos por ser esta a maior das duas casas constituintes do Congresso Nacional, conceitualizada como um fórum

de participação popular cujo número de integrantes corresponde à dimensão da população. Sendo assim, a Câmara necessita incorporar rapidamente a aprovação ou insatisfação popular, o que se dá por meio da renovação de seus deputados a cada dois anos.

O Senado Federal, pensado, por sua vez, como uma casa mais estável e reflexiva, possui dois membros para a representação de cada estado, independentemente da dimensão de suas populações. Cada senador exerce um mandato de seis anos, sendo que a cada dois anos um terço deles é renovado.

Assim, o que esteve em jogo em 07 de novembro de 2006 foi, sobretudo, o controle sobre o braço legislativo do governo dos Estados Unidos. Desde o ano de 1994, o partido Republicano controlou as duas casas do Congresso Nacional, à exceção de um breve instante em que o partido Democrata assumiu o Senado, depois que um senador abandonou a bancada republicana.

Na configuração anterior ao processo eleitoral, a situação das casas legislativas era a seguinte: na Câmara dos Representantes havia 231 deputados republicanos, 201 deputados democratas e

01 deputado independente (de inclinação democrata). No Senado Federal havia 55 senadores republicanos, 44 senadores democratas e 01 senador independente (de inclinação democrata).

O partido Republicano, contudo, encontrava-se em um cenário político delicado. A crescente oposição ao presidente republicano George W. Bush, demonstrada em diversas pesquisas de opinião, centrava-se, principalmente, na oposição popular à invasão do Iraque. Denúncias de corrupção e um escândalo sexual envolvendo um ex-parlamentar republicano, entretanto, desgastaram a imagem do partido às vésperas do processo eleitoral. Como presidente, a imagem de Bush também foi desgastada por estes fatos, afinal, as denúncias de corrupção recaíram sobre seu governo.

O resultado foi o controle democrata sobre todo o Congresso Nacional, por mais que alguns contextos locais aparecessem como favoráveis à situação. A disputa pelo Senado foi a mais acirrada. O partido Democrata apenas assumiu a casa após vitórias apertadas em dois Estados-chave: Montana e Virgínia. Este raciocínio, entretanto, só é válido levando em conta o fato de que os senadores eleitos independentes Joe Lieberman (Connecticut) e Bernie Saunders (Vermont) votam com os democratas.

Delineado o novo Congresso, destacam-se as divergências entre o governo e o partido Democrata a respeito de diversas questões centrais da política interna: corte de impostos, meios de obtenção de energia, e saúde. Em contraposição, a conjuntura nacional aponta para uma ação bipartidária diante do déficit orçamentário e da questão da imigração.

Em termos de políticas sociais, a chamada “Agenda de Valores” constitui o principal foco de tensão entre o presidente Bush e os congressistas democratas. Esta agenda aborda as questões das células-tronco, do casamento entre pessoas do mesmo sexo, e do aborto.

Quanto à política externa, deve-se considerar que o Senado Federal é a instituição que aprova os tratados internacionais e designa cargos, como os de embaixadores. O Congresso fiscaliza a condução da política externa por meio da promoção de debates sobre assuntos importantes e a convocação de altos funcionários do governo para prestar esclarecimentos. A autoridade do poder Legislativo sobre o orçamento do Estado permite, também, o controle sobre os recursos destinados a fins militares e aos gastos em segurança interna.

Contudo, a maior possibilidade de alteração nos rumos da política externa estadunidense repousa no novo secretário de Defesa, Robert Gates, indicado pelo presidente Bush. Gates é membro de uma comissão bipartidária encarregada de criar uma nova estratégia para a reconstrução do Iraque, e assumirá o cargo após a saída formal de Donald Rumsfeld, que renunciou ao cargo após as eleições.

Discute-se, agora, se o presidente Bush e o novo Congresso estão prontos para atuar em uma base bipartidária, sem paralisar o Estado. Faz-se necessário lembrar que a presidência e o Congresso estiveram com partidos diferentes durante diversos períodos da história estadunidense, sobretudo na década de 1990, durante a maior parte do governo de Bill Clinton.

O novo Congresso Nacional será empossado em 03 de janeiro de 2007.

Reações

Em 10 de novembro de 2006, a Casa Branca anunciou que a vitória democrata não aponta para um enfraquecimento do governo dos Estados Unidos. “Se há dirigentes estrangeiros comemorando, creio que subestimam o sistema democrático americano”, disse à imprensa o porta-voz Tony Snow.

“Nossos inimigos não devem pensar jamais que nosso sistema democrático nos enfraquece. Reforça a responsabilidade das duas partes (partidos Democrata e Republicano) e nos dá a determinação (...) para combater o inimigo com tanta vivacidade e eficiência quanto possível”.

Al-Qaeda

Abu-Hamza al-Muhajir, ou Abu Ayyub al-Masri, líder da Al-Qaeda no Iraque, declarou que o ex-secretário de Defesa Donald Rumsfeld deixou o cargo para escapar da guerra no Iraque. “Digo à incapaz (administração Bush) que não se apresse a fugir, como fez seu ministro da Defesa (...) continue no campo de batalha.”

Irã

O líder supremo do Estado, aiatolá Ali Khamenei, classificou a derrota de Bush como uma “vitória óbvia” para a nação iraniana. “Essa questão não é puramente nacional para a América, mas é uma derrota das políticas beligerantes de Bush no mundo”, disse à agência estudantil ISNA. “Uma vez que as políticas hostis e militaristas de Washington sempre foram contrárias à nação iraniana, essa derrota é na verdade uma vitória óbvia para a nação iraniana”.

De acordo com o aiatolá Mohamad Emami Kashani, a derrota do partido Republicano se deve ao fato de que não foi capaz de escutar “a voz do povo”. Além disso, declarou que “Bush, em vez de dar orgulho ao exército americano, como tinha prometido, fez os militares perderem no Afeganistão, no Iraque e no Líbano”.

China

O governo chinês afirmou que a vitória democrata não altera a cooperação entre os dois Estados. “A China continuará fortalecendo a cooperação com os Estados Unidos, para aumentar a confiança mútua e conduzir adequadamente os problemas

entre ambos”, disse a porta-voz de Assuntos Exteriores chinesa, Jiang Yu.

Quanto às possíveis causas do resultado das eleições legislativas estadunidenses, Jiang Yu disse que “se trata de um assunto interno, e a China não quer fazer comentários”, mas acrescentou que “tanto democratas como republicanos concordam com uma relação saudável, construtiva e de cooperação. Esperamos que o novo Congresso americano tenha um papel construtivo na promoção dessas relações”.

Coréia do Norte

A imprensa comemorou a “derrota esmagadora” do partido Republicano de Bush nas eleições legislativas. As eleições “fortemente disputadas entre republicanos e democratas terminaram com a derrota esmagadora dos republicanos”, destacou a agência de notícias oficial KCNA. Segundo a KCNA, os eleitores puniram o governo pela invasão do Iraque, pelas dificuldades econômicas e pelos escândalos de corrupção.

Japão

Segundo o Primeiro-Ministro japonês Shinzo Abe, aliado de Bush, a derrota republicana não altera em nada a política do Japão em relação ao Iraque. “Independentemente do que aconteça, a posição de base da aliança japonesa-americana não mudará”, prometeu, por sua vez, Yasuhisa Shiozaki, número dois do governo japonês.

Europa

O Primeiro-Ministro da Itália, Romano Prodi, declarou que Bush e seu partido Republicano perderam as eleições “fundamentalmente” devido à invasão do Iraque. Em entrevista à rádio pública italiana, Prodi admitiu que problemas internos contribuíram para a derrota dos republicanos, mas disse que inclusive estes problemas foram causados pela

invasão do Iraque, sem precisar quais eram.

Em geral, a derrota de Bush foi vista com otimismo pela Europa. “Há menos Casa Branca na América agora e um pouco menos de América no mundo”, afirmou Dominique Moisi, conselheira especial do Instituto Francês de Relações Internacionais.

No entanto, alguns políticos europeus acreditam que os democratas buscarão convencer a Europa a se comprometer mais profundamente com alguns assuntos internacionais, em especial com o Afeganistão. “Isso deve acontecer”, disse Karsten Voigt, do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. “E eu tenho certeza de que eles vão exigir dos europeus que participem não apenas de missões humanitárias, mas também de missões militares em Darfur (Sudão)”.

A Alemanha mantém cerca de 2900 soldados no Afeganistão, contudo, presentes em regiões relativamente mais calmas e seguras. O país recusou-se até agora a ceder às pressões estadunidenses para enviar militares a áreas mais perigosas.

México

Analistas mexicanos, especialistas nas relações bilaterais México – Estados Unidos, afirmaram ceticismo sobre os possíveis benefícios para o México do resultado das eleições legislativas americanas. “Com os democratas controlando a Câmara, há uma oportunidade para a reforma migratória defendida pelo México”, apontou o chefe do Departamento de Estudos Internacionais do Instituto Tecnológico Autônomo do México (Itam), Rafael Fernández de Castro.

Contudo, o analista evitou qualquer euforia. Segundo Fernández de Castro, os congressistas democratas não arriscarão seu renovado capital político realizando grandes mudanças no Congresso. Se

arriscarem muito, “não vão chegar à presidência em 2008”, observou.

Perspectivas para 2008

Com o fim das eleições legislativas de 2006, inicia-se a disputa pela Casa Branca, em 2008, que tem como nomes mais cotados a democrata Hillary Clinton e os republicanos Rudolph Giuliani e John McCain.

Nenhum destes possíveis candidatos anunciou oficialmente planos para concorrer à indicação de seu partido, mas com o fim das eleições legislativas, começam a ajustar seus discursos. “Acreditamos em nosso país e vamos recuperá-lo, começando por esta noite”, disse Hillary Clinton, em Nova York, ao ser reeleita senadora.

Hillary lidera as primeiras pesquisas sobre a indicação democrata. Uma pesquisa da CNN, divulgada em 27 de outubro de 2006, revelou que Hillary tem 38% de apoio entre os democratas, onze pontos a mais que seu possível rival, Barack Obama, senador por Illinois.

Quanto ao partido Republicano, a mesma pesquisa colocou Giuliani, prefeito de Nova York quando dos ataques de 11 de setembro de 2001, à frente de McCain, senador pelo Arizona. E a possível candidatura de Giuliani recebeu novo impulso, quando uma pesquisa da WNBC/Marist, de 04 de outubro de 2006, colocou o republicano na frente da democrata Hillary, com 49% contra 42%.

Referência

Presidência dos Estados Unidos da América

<http://www.whitehouse.gov/>

Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

<http://www.state.gov/>

CNN

<http://www.cnn.com/>

BBC

<http://www.bbc.com/>

Deutsche Welle

<http://www.deutschewelle.de/>

Operações da OTAN no Afeganistão: implicações para o desenvolvimento e segurança do país

Resenha
Segurança / Desenvolvimento

Frederico de Faria e Silva
29 de novembro de 2006

O ano de 2006 é o mais violento no Afeganistão desde a intervenção em 2001 da Coalizão liderada pelos EUA. Tendo assumido comando da *International Security Assistance Force* (ISAF) em 2003, a OTAN vem assumindo cada vez mais responsabilidades e desafios. No começo de outubro deste expandiu suas operações para as províncias do leste, de modo que agora atua em todo o território do país.

Três enfrentamentos distintos no Afeganistão, todos em 24 de outubro último, ilustram as dificuldades enfrentadas pelas operações militares da força da OTAN no país – a ISAF. Segundo comunicado¹ da assessoria de imprensa da ISAF, um primeiro incidente ocorreu de manhã, no qual de 30 a 40 insurgentes atacaram uma patrulha com morteiros, artilharia e suporte aéreo. Doze deles morreram. O segundo enfrentamento ocorreu no começo da noite: um veículo contendo insurgentes foi avistado pelas forças da OTAN, que abriram fogo de artilharia. “Acredita-se que dez insurgentes morreram”, segundo o comunicado. O terceiro engajamento ocorreu mais à noite: um grupo de insurgentes foi visto movendo-se em direção à vila de Sperwan Ghar; foram atacados por ar e cerca de 26 morreram.

O aumento no número de enfrentamentos e de mortos – a maioria insurgentes, mas dentre eles soldados da OTAN e vítimas civis – vieram em conjunto com a expansão das responsabilidades da aliança. Ela assumiu o comando operacional de províncias no sul do Afeganistão em julho deste ano, e do leste em outubro. Suas operações agora cobrem, portanto, todo o território afegão – mas sem um aumento proporcional no número de tropas.

Forças estrangeiras se encontram no Afeganistão desde 2001, quando de uma intervenção liderada pelos Estados Unidos subsequente aos ataques terroristas de 11 de setembro. O comando da ISAF foi entregue à OTAN em 2003, mas uma força separada liderada apenas pelos Estados Unidos continua no país.

¹ ISAF in heavy fighting in Kandahar Province http://www.jfcbnato.int/ISAF/Update/Press_Releases/newsrelease/2006/Release_25Oct06_247.htm?tsfsg=79f8cdd47ce4df5a7880f11c039a66cd.

A situação no Afeganistão: Relatório do Secretário-Geral da ONU

O mais recente relatório² do Secretário-Geral da ONU sobre a situação no país, publicado em 11 de setembro de 2006, traz uma boa ilustração das dimensões dos problemas enfrentados. O relatório S/2006/727 afirma que o desenvolvimento mais significativo desde março (data do relatório anterior) é o aumento da violência - particularmente no sul, sudeste e leste do Afeganistão. “Estima-se que mais de 2 mil pessoas”, diz o relatório “pelo menos um terço delas civis, perderam suas vidas em combates desde o começo de 2006”. Isto representa um aumento de três a quatro vezes na taxa de mortes em relação a 2005.

Os motivos desse aumento são atribuídos tanto a um maior número de ataques de insurgentes contra o governo, quanto a um aumento correspondente de operações ofensivas conduzidas pelo Exército Nacional do Afeganistão e seus parceiros internacionais. Segundo o relatório, existe consenso entre o governo e seus aliados que houve mudança nas operações das forças insurgentes e na coordenação entre elas.

Forças insurgentes

O relatório afirma que a *insurgência* é conduzida, em maior parte, por afegãos operando dentro das fronteiras do país, embora sua *liderança* pareça “confiar em suporte e santuário de fora” do Afeganistão. O centro de gravidade da insurgência oscila ao redor de quatro províncias: Kandahar, Helmand, Uruzgão³ e Farah. As operações cobrem um vasto arco de Kunar (no leste) à Farah (no oeste), sendo que a maior parte desse território é dominada por membros da etnia pashtun.

O S/2006/727 identifica cinco centros de liderança da insurgência. Os líderes parecem agir com alguma coordenação entre si, e se beneficiam de elos financeiros e operacionais com redes de tráfico de drogas. Os centros são: uma ala do partido Hezb-i-Islami, com atuação na província de Kunar e região; o comando Talibã norte, em Nangarhar e Laghman; redes lideradas por um ex-ministro Talibã atuando em Khost e Paktya; o grupo Wana Shura, em Paktika; e o comando Talibã sul, em Zabul, Kandahar, Helmand e Uruzgão.

Esses centros de liderança fazem intenso uso de *cross-border fighters*, guerreiros que cruzam fronteiras. Muitos dos comandantes das operações insurgentes são afegãos recrutados em acampamentos de refugiados no Paquistão; eles lideram operações no país natal e depois conseguem se retirar em segurança para cruzar a fronteira ao sul. Já os soldados insurgentes de menor hierarquia (*foot soldiers*) são afegãos pobres sem muita inspiração ideológica. A ONU acredita que eles podem se desengajar da insurgência se “os incentivos apropriados, particularmente os econômicos”, forem oferecidos.

Polícia Nacional do Afeganistão

O processo de reforma da polícia (PNA), de responsabilidade da Alemanha, pretende atingir, até 2010, uma força profissional altamente treinada e etnicamente balanceada de 62.000 pessoas. O relatório S/2006/727 diz que os últimos números do Ministério do Interior indicam mais de 65.000 oficiais e patrulheiros atualmente em operação; contudo, espera também “uma auditoria a ser realizada em breve” que vai comprovar que o número de policiais operacionais é “bem menor do que consta nos registros”.

Além do baixo número de profissionais, permanece uma série de desafios para a polícia. Segundo o relatório do Secretário-Geral, “os arranjos de comando e controle

² Disponível em <http://www.un.org/Docs/sc/sgrep06.htm>.

³ Uruzgão é também conhecido por Daikundi.

são fracos; as capacidades administrativa e de suporte logístico não alcançam a capacidade operacional; a falta de disciplina é comum; a corrupção é elevada; e o desrespeito pelos direitos humanos e pelo processo legal também são grandes preocupações. Falta também dinheiro: o fundo administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que providencia a remuneração da polícia precisa de mais US\$ 27 milhões para pagar salários.

Em face da insegurança crescente no sul, o Presidente Hamid Karzai assinou em junho um decreto de rebalanceamento, que transfere mais 2.100 policiais para o sul do país. As dificuldades desse rebalanceamento, segundo o relatório, ficam evidentes. Para realizá-lo, o governo precisou deslocar policiais rodoviários para a Polícia de Fronteira, e formar corpos de “polícia auxiliar” recrutados localmente. Karzai também considerou indicar para posições elevadas na hierarquia da polícia pessoas associadas com líderes armados devido ao seu conhecimento regional – segundo o analista Paul Gallis, proposta severamente criticada por oficiais da ONU.

Segundo relatório feito por Gallis para o Congresso dos Estados Unidos, alguns oficiais dos EUA e da Europa criticam a forma como a Alemanha tem conduzido o treinamento da PNA, sua responsabilidade. A polícia permaneceria corrupta e sem eficácia. Cita-se o supremo comandante de operações da OTAN, General James Jones, que disse que enquanto o treinamento do exército afegão é “uma das histórias brilhantes”, existe uma incapacidade de trazer progresso similar para a reforma da polícia, responsabilidade da Alemanha.

O sistema judiciário do Afeganistão também apresentaria problemas graves. Segundo o relatório da ONU, apenas um terço dos juízes têm educação superior. Além dos baixos níveis de educação e

competência, os juízes não teriam segurança – nem em termos de progressão na carreira, nem em segurança pessoal. O mesmo relatório também aponta que as penitenciárias do país sofrem de vários problemas, mas não especifica quais, apenas que “significativas reformas estão sendo feitas”.

Exército Nacional do Afeganistão

A eficiência do Exército do país tem melhorado significativamente nos meses recentes, segundo o relatório. Ele é composto atualmente por cerca de 34.700 miliares, dispostos no quartel-general ou em um dos cinco comandos regionais. O número representa um aumento de 3.900 pessoas entre março e setembro; um sólido passo na direção do objetivo de 70.000 pessoas até 2010.

Apesar da eficiência crescente, o Exército sofreria de carências graves. O recrutamento e retenção das tropas é deficiente e os salários são pagos com atraso. Além disso, o fornecimento de comida, armas, equipamento e acomodação é inadequado. “O contraste entre o poder de fogo e a proteção das forças militares internacionais e do Exército Nacional”, diz o relatório, “é mais evidente quando eles operam próximos um do outro”. A preparação e a capacidade operacional do exército afegão para enfrentar as forças insurgentes estão sendo “substancialmente testadas” em campo, com “pesadas perdas”.

International Security Assistance Force (ISAF)

A força da OTAN no Afeganistão, a ISAF, é atualmente composta por cerca de 31.000 tropas de 37 países, dentre membros e parceiros da OTAN⁴. Ela atua independentemente, embora em frouxa coordenação, com uma outra força sob controle exclusivo dos Estados Unidos, a *Operation Enduring Freedom* (OEF),

⁴http://www.nato.int/issues/afghanistan/061004_update.pdf.

atualmente com 8.000 tropas. A OEF, contudo, concentra-se em operações contra-terroristas; cabe à ISAF apoiar o governo do Afeganistão na tarefa de “providenciar e manter um ambiente seguro para facilitar a reconstrução” do país, criando um ambiente que “conduza ao estabelecimento de estruturas democráticas” e auxilie a “expansão da influência do governo central” por todo o país⁵.

Desafios

Restrições nacionais

Apesar da sofisticação tecnológica e treinamento profissional, contudo, a ISAF tem seus obstáculos.

Um dos maiores impedimentos para o aproveitamento completo das forças da ISAF é a existência das restrições nacionais ou *caveats* (termo em inglês). Estas restrições podem proibir forças de engajar em operações de combate, por exemplo, autorizando-as a abrir fogo somente se forem atacadas. Podem também proibi-las de lutar à noite devido à falta de equipamento de visão noturna, restringir o perímetro do qual podem se afastar do acampamento, ou determinar que não atuarão nas províncias do sul – as mais perigosas. Assim, em vez de os comandantes esboçarem missões às quais as tropas têm que se esforçar para cumprir, devem aceitar as *caveats* como dadas e conceber operações que se encaixem a elas.

Para o Sub-Secretário de Estado para Assuntos Políticos dos EUA, Nicholas Burns, isso significa que se um comandante precisa de tropas extras para uma emergência, ele pode não conseguí-las a tempo, pois deve antes entrar em contato com as capitais dos países que contribuem com forças.

⁵http://www.jfcb.nato.int/ISAF/mission/mission_role.htm.

Segundo Paul Reynolds, correspondente da BBC, o tópico das *caveats* no

Afeganistão predominou nos debates realizados na mais recente Conferência de Alto Nível da OTAN - realizada na Letônia no fim de novembro - não deixando espaço para uma abordagem mais ampla sobre a transformação da aliança como um todo⁶.

Número de tropas

O relaxamento ou eliminação das *caveats* pode servir para enfrentar um segundo problema da ISAF, o baixo número de forças. “A missão da OTAN permanece pelo menos com 15 por cento de pessoal a menos do que precisa, com significativa carência de tropas de combate e uma desesperada falta de helicópteros”, diz análise do *The Independent*⁷.

Ao que tudo indica, a Conferência na Letônia trouxe algum progresso: vários governos se comprometeram a reduzir ou eliminar *caveats*, de forma que agora 26 mil das 32 mil tropas podem ser manobradas livremente, segundo o Secretário-Geral da OTAN. Além disso, mais tropas serão enviadas para o Afeganistão, reduzindo a carência de 15 para 10%⁸.

Ópio

Um segundo desafio para a atuação da ISAF é o combate à produção de papoula, matéria-prima do ópio e da heroína. Segundo o relatório do CRS (Serviço de Pesquisas do Congresso dos Estados

⁶ Nato looks for global role

<http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/europe/6185738.stm>.

⁷ Nato runs critically short of combat troops to keep Taliban at bay

<http://news.independent.co.uk/world/asia/article2016129.ece>.

⁸ NATO Leaders Strengthen Commitment to Afghanistan

<http://usinfo.state.gov/xarchives/display.html?p=washfile-english&y=2006&m=November&x=20061129120544eaifas0.3363459>.

Unidos), o Afeganistão produz 87% do ópio do planeta – e, segundo a BBC, cerca de 90% da heroína consumida na Europa.

A intervenção estrangeira não contribuiu para a redução da produção de papoula. Relatório do Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC) mostra que o cultivo de papoula chegou a 131 mil hectares em 2004, em comparação com os 82 mil hectares utilizados em 2000, antes da invasão liderada pelos Estados Unidos. Cerca de 10% das famílias do Afeganistão estão envolvidas no cultivo de ópio, que corresponde a cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A OTAN decidiu que não irá atacar as plantações de papoula – segundo o CRS –, por medo de que isto possa disparar uma insurgência ainda pior. Contudo, ela providencia treinamento, inteligência e logística para que unidades do exército e polícia afegãos destruam laboratórios nos quais o ópio é refinado para virar droga.

Combater a produção de papoula por vias econômicas, de substituição de lavouras, é difícil: enquanto um hectare de papoula pode render US\$ 4.600 por ano, um hectare de trigo, por exemplo, rende US\$ 390, onze vezes menos – como informam tanto o CRS quanto o UNODC (Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime). Convencer os fazendeiros a mudar de negócio, ainda mais num país pobre, com poucas alternativas de emprego e imerso em conflitos armados, será tarefa complicada.

O combate à produção de papoula ganha relevância ao se levar em conta que o Afeganistão é o centro de gravidade do tráfico internacional de heroína. Ao concentrarem forças no país, os governos da OTAN têm a oportunidade de golpear o tráfico de drogas em seus respectivos países, bem como aos elos entre traficantes e o financiamento de atividades terroristas.

Desenvolvimento: as Equipes de Reconstrução das Províncias

Além de prover segurança, os membros da OTAN têm por objetivo reconstruir o Afeganistão e estender a autoridade do governo de Kabul – levá-la a lugares onde não chega. Isto é feito por equipes suplementares aos contingentes militares, chamadas *Provincial Reconstruction Teams*, ou PRTs. Segundo relatório do *United States Institute of Peace* (USIP), PRTs são “pequenas organizações conjuntas de civis e militares com a missão de promover governança, segurança e reconstrução por todo o país”.

O mesmo relatório afirma que não é possível fazer generalizações ou mesmo avaliações precisas sobre o trabalho das PRTs como um todo, porque não existe uma coordenação central de seus trabalhos nem um paradigma comum que todas devam seguir. Como o comando de cada PRT cabe a um determinado país, vários projetos diferentes são desenvolvidos.

Segundo o CRS, alguns oficiais estadunidenses acham que a maioria das PRTs lideradas por países europeus são hesitantes ou recalcitrantes demais em engajar a população local. Algumas recebem pouquíssimos fundos ou têm pouca supervisão de gastos.

Obras

O modelo estaduindense compõe cada PRT com cerca de oitenta pessoas, concentrando-se em projetos de impacto rápido, como construção de escolas, clínicas, pontes e poços d’água. Boa parte da equipe é formada por militares, já que se supõe que uma PRT deva ser capaz de prover a própria segurança; contudo, quando membros dela precisam se deslocar pelo país, podem ter que chamar um grupo de forças da ISAF para escoltá-los.

Para o USIP, o desempenho das PRTs em promover a governança varia bastante.

Em um caso, ajudou o governador da província a obter uma redução voluntária de 83% no cultivo de ópio em 2005; em outros, o apoio da PRT foi usado pelos governadores para se afastarem do governo central, permitindo-os mostrar que não precisavam de Kabul.

Na avaliação do trabalho feito pelas PRTs, o USIP afirma que muitas das obras construídas são inutilizáveis ou mesmo entraram em colapso. Ausente um controle de qualidade das obras ou serviços de manutenção, as equipes não podiam garantir que os construtores não economizassem no cimento ou em outros materiais.

Além disso, a falta de pessoas fluentes em dari ou pasthu (idiomas locais) impede uma relação estreita com a população, já que as equipes ficam dependentes de intérpretes não-profissionais. Conclui-se que falta coordenação central e critérios avaliativos comuns com os quais entender as PRTs, e afirma-se que os projetos de desenvolvimento devem ser deixados para o governo do Afeganistão. As PRTs seriam instrumentos para prover segurança em áreas afastadas, treinar e apoiar operações da polícia, e conduzir missões como limpeza de campos minados.

Além do desconhecimento dos idiomas locais, o contato com a população é prejudicado pela desconfiança. Segundo o CRS, os fazendeiros locais estão cientes de que *apesar* dos oficiais da OTAN alardearem que as forças aliadas *não* queimam os campos de papoula, *são eles* que fornecem a inteligência e logística para que as forças do governo afegão ataquem a indústria - sustento de milhões de afegãos pobres.

Repercussões

A atuação da OTAN no Afeganistão, a primeira da aliança fora da área euro-atlântica, será vital para determinar o escopo de futuras operações. É uma

variável nos atuais debates sobre expansão e transformação da aliança.

A atual política externa da França vê com reservas a expansão dos interesses da OTAN para um alcance global. A Ministra da Defesa da França, Michele Alliot-Marie, escreveu ao *Le Figaro* que o “desenvolvimento de uma parceria global” poderia “diluir a solidariedade natural entre europeus e norte-americanos numa entidade confusa”, e que, ao enviar a mensagem política de uma “campanha do Ocidente contra aqueles que não partilham de suas idéias”, ofereceria um pretexto para os advogados da “idéia de um choque de civilizações”.

Por outro lado, a política externa dos EUA quer firmar com países como Japão, Austrália e Coreia do Sul laços mais fortes com a OTAN – embora sem convidá-los para tornarem-se membros da organização. Os resultados no Afeganistão irão colocar à prova a relevância para a aliança em buscar novas parcerias.

A conferência realizada em Riga, capital da Letônia, no final de novembro de 2006, trouxe resultados marginais em relação as *caveats*. A França prometeu que autorizará que suas tropas operem fora de Kabul, e a Alemanha anunciou que permitirá – “em emergências” – que suas tropas saiam do norte relativamente pacífico do país para socorrer aliados no sul. Segundo o *Guardian*, alguns países com contingentes menores também eliminaram algumas das restrições, mas apenas os neerlandeses e romenos concordaram em remover todas elas. A decisão dos Países Baixos representa uma radical mudança de posição – até à época do relatório do CRS (agosto de 2006), o governo neerlandês “não quer[ia] suas forças terrestres envolvidas em operações de combate”. A mudança está ligada às eleições parlamentares realizadas no país em 22 de novembro, poucos dias antes da conferência em Riga.

Os próximos meses podem ser a janela de

oportunidade para que a OTAN aja de modo a reduzir a violência no Afeganistão, trazendo os números de mortes violentas de volta aos patamares de anos anteriores. Segundo o *The Independent*, existe um “tradicional intervalo de campanhas” militares durante o inverno, e esta é também a época de plantação de papoula. Não querendo atrair operações ofensivas neste momento fundamental para seu sustento, os insurgentes se aquietariam para dedicarem-se à plantação.

Esta pode ser a hora de engajar mais decisivamente a população local, tentando conquistar seu apoio, já que a previsão é de um certo intervalo nas hostilidades.

Nenhum plano de ação estará completo, contudo, sem diálogo com o Paquistão. Segundo o *The Independent*, será fácil para comandantes talibãs como Mullah Dadullah Akhund substituir os combatentes mortos ou perdidos durante o verão nas *madrasas* – as escolas religiosas ao longo da fronteira Afeganistão-Paquistão. Para Kamran Bokhari, analista da agência de inteligência privada Stratfor, existe um significativo número de líderes da Al-Qaeda escondendo-se em áreas urbanas do Paquistão, não muito próximas da fronteira. De lá, eles comandam operações no Afeganistão.

Como a OTAN irá lidar com estes desafios e oportunidades, contudo, ainda é incerto – algo sujeito aos jogos políticos dentro da própria aliança. O *The Independent* informa que o atual comandante da ISAF, Tenente-General David Richards, deve ser substituído no começo de 2007 por um americano de postura “bem mais agressiva”, em oposição à estratégia de diálogo com as autoridades e conquista de apoio público atualmente posta em prática.

Atuar no Afeganistão, portanto, requer mais tropas, mais helicópteros, menos *caveats*, mais diálogo com a população, e mais sintonia com o governo do Paquistão – desafios que certamente continuam na

agenda da OTAN para 2007.

Referência

A Second Strike: Homing in on Al Qaeda Prime? Kamran Bokhari. Disponível em <http://www.lebanonwire.com/0611MLN/06112905STR.asp>.

Nato countries must live up to pledges on troops, says Blair. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/afghanistan/story/0,,1959764,00.html>.

Documentos:

Afghanistan Opium Survey 2004. Relatório do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime. Novembro de 2004. Disponível em http://www.unodc.org/pdf/afg/afghanistan_opium_survey_2004.pdf.

NATO in Afghanistan: A Test of the Transatlantic Alliance. Relatório do CRS para o Congresso dos Estados Unidos. Agosto de 2006. Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33627.pdf>.

The situation in Afghanistan and its implications for peace and security. S/2006/727. Relatório do Secretário-Geral da ONU. Setembro de 2006. Disponível em <http://www.un.org/Docs/sc/sgrep06.htm>

The U.S. Experience with Provincial Reconstruction Teams in Afghanistan. Relatório do *United States Institute of Peace*. Outubro de 2005. Disponível em www.usip.org/pubs/specialreports/sr152.html

Sites:

BBC

<http://news.bbc.co.uk>

ISAF - International Security Assistance Force

<http://www.jfcbs.nato.int/ISAF/index.htm>

Softpedia

<http://news.softpedia.com/news/Canadian-Troops-in-Afghanistan-Face-Jihad-39590.shtml>.

International Information Programs
USINFO.STATE.GOV

<http://usinfo.state.gov>

Ver também:

26/05/2006 - [Violência aumenta no Afeganistão](#)

28/09/2006 - [Afeganistão: oposição armada talebã continua após cinco anos de intervenção](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>